



Anais da Assembleia

Nºs: 128/129

CURITIBA, SEXTA/SEGUNDA, 17 e 20 DE OUTUBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 188ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1975

(Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Cortes e Basílio Zanusso.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Edilson Alencar, Enéas Faria, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (43), achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Mauricio Fruet, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira e Otássio Pereira (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 90/75

Curitiba, 15 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais o incluso anteprojeto de lei, que objetiva alterar dispositivos da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, na parte referente ao direito das férias deferido ao funcionalismo público civil do Estado.

O plano de lei que submeto à essa Augusta Casa de Leis é altamente significativo e consulta não só aos interesses do funcionalismo público, mas também aos da Administração, eis que a pretendida medida virá estabelecer condições a fim de que as férias do servidor público sejam regularmente usufruídas.

Grande obstáculo ao exercício do direito de férias do funcionário, vem sendo, sem dúvida alguma, a redução de salário que delas decorre, em face dos termos da atual legislação específica. Entrando em férias o funcionário sofre, durante o período, o cancelamento de vantagens, como, por exemplo, "gratificação por serviços extraordinários" e "gratificação de tempo integral". Para evitar essa redução o funcionário simplesmente não pede férias, cuja praxe, ninguém nega, vem ou

virá ocasionar danos à sua própria saúde, determinando com isso prejuízos também à Administração, pela sensível redução de produtividade de seu quadro funcional.

Entende-se pois, como válida e oportuna toda iniciativa que vise estimular o funcionário à prática do exercício regular das férias, instituição quase universal, que proporciona período de relaxamento indispensável à saúde e ao bem estar de quem trabalha, trazendo, por isso mesmo, reais benefícios ao seu estado geral. Segundo aliás, a melhor doutrina, a finalidade última de todo descanso intercorrente com os períodos de trabalho efetivo, é a de restaurar energias perdidas, criando condições para que o servidor ou trabalhador em geral — reassuma suas funções com boa disposição física e mental.

Vale frisar, finalmente, que o plano de lei, nos termos propostos, não virá suprimir o direito à contagem de tempo correspondente ao dobro do período das férias que, por necessidade de serviços não foram exercitadas, bastando para a efetivação da contagem que o funcionário requeira dentro do prazo de dois anos contados do ano seguinte àquele em que as férias normais forem deixadas de gozar.

Certo de que a medida proposta merecerá desta Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — O artigo 149, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido do parágrafo terceiro, com a seguinte redação:

§ 3º — As férias não poderão ser fracionadas, salvo nos casos em que as mesmas devam ser suspensas por justificada exigência do serviço".

Art. 2º — O "Caput" e parágrafos do artigo 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 150 — O funcionário que, por imperiosa necessidade do serviço, deixar de gozar férias, a requerimento seu terá computado o respectivo período em dobro, para todos os efeitos legais.

§ 1º — A necessidade de serviço será definida pelo órgão competente de pessoal, dentro do ano civil do gozo das férias, mediante prévia exposição de motivos do chefe imediato.

§ 2º — O funcionário que não desjar o benefício deste artigo, poderá gozar as férias em outra época, num limite de dois períodos por ano.

§ 3º — Os direitos assegurados por este artigo, inclusive por seu parágrafo segundo, prescrevem em dois anos, a contar do primeiro dia do ano seguinte em que as férias normais forem deixadas de gozar".

Art. 3º — O artigo 181, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, acrescido de parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 181 — As gratificações de que tratam os incisos I, II, III, IV e V do artigo 172, serão mantidas nos casos de afastamento previstos nos itens: I, II, III, VI, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVIII e XVII do artigo 128, desde que, no caso da gratificação por serviço extraordinário, o funcionário a venha percebendo por um período nunca inferior a doze meses.

Parágrafo Único — As gratificações previstas pelos incisos II, III e IV do artigo 172, serão automaticamente canceladas nos afastamentos que perdurarem por mais de sessenta dias".

Art. 4º — Os funcionários que não houverem gozado férias já atingidas pela prescrição de dois anos, terão o direito de contá-las em dobro e para todos os efeitos legais, desde que a requerem no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação desta Lei.

Art. 5º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, a inserção em ata de um voto de congratulações pela passagem de mais um ano de fundação do jornal "Tribuna do Paraná".

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1975.

a) GABRIEL MANOEL.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se sem dúvida alguma, de um dos mais importantes jornais da imprensa paranaense, e faz parte do complexo empresarial do Sr. Paulo Pimentel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, o encaminhamento de ofício ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, solicitando que S. Exa. se digne determinar ao Departamento competente estudos os necessários para a construção de salas de aula na sede do município de Guaraqueçaba, para que sejam atendidos os estudantes que residem nesta importante região do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer a V. Exa., após ouvido o douto plenário desta Casa, se digne encaminhar ofício ao Exmo. Sr. Desembargador Henrique Nogueira Dorfmond, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando que o Fórum de Cascavel seja inaugurado em 14 de novembro, coincidindo assim com a data de emancipação política daquele município.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Fazenda, ao qual está subordinado o BANCO DO ESTADO DO PARANÁ SA, solicitando providências daquele estabelecimento oficial de crédito para instalação de agências nas localidades de VILA CASONI, VILA NOVA, JARDIM BANDEIRANTES e no distrito de TAMARANA, todos na cidade e no município de LONDRINA.

Justifica-se a presente solicitação por se tratar o município de Londrina centro de intensas e dinâmicas atividades econômicas, Trata-se de uma cidade polo de uma região de cerca de 2 milhões de habitantes, possuindo hoje mais de 300 mil habitantes.

A VILA CASONI, VILA NOVA e o JARDIM BANDEIRANTES constituem-se em verdadeiras cidades dentro da grande cidade, com vida comercial própria.

O distrito de TAMARANA se equipara à media das cidades do Paraná, com acentuada população urbana. Desfruta de intensa atividade econômica proveniente de sua agricultura e do seu comércio. TAMARANA, que na verdade é uma cidade bem equipada urbanisticamente, conta atualmente com uma única agência bancária de estabelecimento particular. Faz por merecer uma agência do Banco do Estado do Paraná, que por ser oficial e por atuar com financiamentos oficiais, poderá oferecer aos agricultores da região, com maior rapidez e com maior presteza, o amparo de que necessitam para contribuir com o desenvolvimento do Estado e do País.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1975.

a) OSVALDO MACEDO

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 145/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — É declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE BENEFICIENTE MUÇULMANA DO PARANÁ de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

JUSTIFICATIVA

A entidade que se pretende, com o presente Plano de Lei, seja declarada de Utilidade Pública, preenche todos os requisitos legais exigidos para esse reconhecimento. Presta desinteressadamente relevantes serviços à coletividade, conforme estatuto anexo.

PROJETO DE LEI Nº 146/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL VIGILANTES MIRINS DE PARANAVAÍ "FREI RAFAEL MAINKA", com sede e foro naquela cidade.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1975.

a) WILSON FORTES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Estadual e Federal, reguladora da matéria.

A cópia dos Estatutos da entidade, que anexamos ao presente, estampam as suas finalidades, as quais por si só, dizem da justeza em reconhecê-la de Utilidade Pública.

Isto exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos aqui para dar nosso voto de congratulações por mais um ano de existência do periódico "Tribuna do Paraná", este jornal que vem trabalhando, lutando e esclarecendo o povo.

Neste momento, por mais um ano de existência, o jornal "Tribuna do Paraná" vem recebendo de todo o "hinterland" paranaense aplausos pelos serviços prestados à coletividade.

Queríamos, neste instante, encaminhar um requerimento de congratulações àquele jornal que tem lutado procurando sempre esclarecer a opinião pública.

E é esta a nossa vontade, de vir neste momento à tribuna, para, juntamente com o povo do Paraná, congratular-mos com o eminente chefe de imprensa, o ex-Governador Paulo Pimentel, por mais esta data em que faz aniversário um dos seus jornais, que vem sempre lutando ao lado do povo.

Estamos encaminhando um requerimento, que pretendemos seja aprovado pela Casa, de congratulações e euforia por mais um aniversário da "Tribuna do Paraná".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Facci.

O SR. ANTONIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo vindo à tribuna ontem à tarde o problema da loteria esportiva, julgo oportuno fazer constar nos Anais da Casa um artigo publicado pelo jornal "O Estado de São Paulo", de ontem 16 de outubro, com o seguinte teor. (Lê):

"Outrora, antes do ato do Presidente Eurioo Gaspar Dutra, que proibiu os jogos de azar em todo o território nacional, jogava-se sobretudo em fins de semana e nos casinos de alguns centros urbanos ou das estâncias de veraneio. O jogo era prática e vício de uma minoria despreocupada e ociosa: eram os que, sem jamais ter tido maiores méritos na formação de um patrimônio pessoal, não podiam ser bem assistidos de critérios para valorizá-lo e administrá-lo.

Hoje, o que deveria ser a retomada da semana de trabalho quase coincide com o início das apostas nos quatro cantos do País e o hábito do jogo conhece a difusão nacional do cafezinho.

A cada teste da loteria esportiva, o equivalente a alguns milhões de dólares em poupança individual, é atirado à roleta do pano verde de estádios e campos de futebol, pervertendo o esporte e o sentido da riqueza como fato econômico. Sobre esse espetáculo, paira o grande "croupier", o Governo Federal e sua rede de agentes, a Caixa Econômica, que distribui junto com os volantes, mensagens patrióticas e morais.

Quando a competição esportiva é posta em função de um jogo de azar, como é de toda a evidência, a loteria esportiva, poderá alguém surpeender-se se o juiz de futebol Néri José Proença deixar de ser árbitro para ser parte? Não é o governo que o induz a trocar o trabalho pela sorte e a remuneração desta por um sonho dourado? Onde o azar entra como ingrediente de riqueza, sob os auspícios de um Estado que deveria tutelar valores morais, mediante ordenação jurídica, como impedir que entrem também o golpe baixo, a manobra sórdida, a desonestidade? Mais difícil ainda se esse mesmo Estado não apenas permite o jogo de azar mas o promove e explora diretamente.

A loteria esportiva foi introduzida no País numa época em que o crescimento econômico era o fim e não a pré-condição do desenvolvimento; época em que este e a estabilidade primário sobre todos os outros objetivos nacionais, a ponto de obliterá-los. Fruto desse ofuscamento e embotamento do senso comum foi a declaração daquele Presidente da Caixa Econômica Federal, nosso mais importante instituição estatal de crédito, nos idos de 1972, segundo a qual a loteria esportiva era um mecanismo de distribuição de renda nacional. Não precisaríamos de recursos de um economista para perceber que se trata sobremaneira de um mecanismo de concentração de milhões de pequenas importância dos apostadores nas mãos de alguns afortunados; basta auscultar o ressentimento das ruas, às segundas-feiras, quando de Ivolândia surge um Miron ou do subúrbio carioca de Madureira, algum Dudu da loteca. Mas, o que afronta a seriedade do econo-

mista é pensar que seja proveitosa para o desenvolvimento nacional a acumulação de alguns milhões nas mãos de quem jamais pensou em aplicá-los.

É verdade que esses milionários das noites de domingo só embolsam um terço do arrecadado pela loteria e que os dois terços restantes alimentam a receita: o Imposto de Renda e os orçamentos do Instituto Nacional de Previdência Social, da Legião Brasileira de Assistência e do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação do Ministério da Educação e Cultura. Mesmo admitidos que esses recursos sejam escrupulosamente administrados — o que não é fácil de supor, já que os mesmos vícios das pessoas individuais costumam atingir também às instituições —, haveria muito que dizer sobre um governo que se rege por esses expedientes de maquiavelismo fiscal e orçamentário.

Depois da profissionalização do esporte, hoje praticamente irreparável, temos que enfrentar sua transformação em peça de um jogo de azar. E a tecnologia já implantada, ao que se anuncia vez por outra, está em vésperas de gerar uma subsidiária, a zooteca, a reabilitadora de decênios de contravenções.

No discurso do Presidente da República à Convenção Nacional da Arena, no trecho dedicado à corrupção, foi usada uma imagem que obrigou alguns ouvintes despreparados a um recurso urgente ao dicionário. Dizia o Presidente que a corrupção é a "diátese comum dos organismos sociais e que se manifesta com virulência maior nos períodos de tensão acrescida, como por exemplo, os de inflação descontrolada". Quem se lembra de Rui Barbosa, não precisou recorrer aos dicionários: "Diátese cancerosa de raças anemizadas pela sensualidade e pela preguiça, ele entorpece, caleja e desviriliza os povos, nas fibras de cujo organismo insinuou o seu germen proliferante e inextirpável."

Em tempo: Ele, nas palavras de Rui, é o jogo de azar".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Gostaria de destacar a posição de liderança que o meu Estado ocupa no cenário nacional em termos de armazenagem, pois o Paraná abrange um total de 2.989 instalações, segundo informações dignas de crédito fornecidas pela Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura. Este indiscutível privilégio é consequente do inestimável apoio que o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) empresta ao setor, pois 60 por cento dos armazéns agropecuários existentes no Paraná receberam financiamentos pelo Banco supra mencionado.

A pesquisa levada a efeito por peritos do Ministério da Agricultura atingiu todo o território nacional e foi baseada em minucioso balanço do sistema de armazenagem, em condições aptas de estocar os produtos agropecuários e da pesca. Semelhante levantamento teve o propósito de revelar as características reais existentes em todas as unidades da Federação no tocante ao albergamento de produtos da agropecuária e pesca, tanto em seus aspectos quantitativos como qualitativos.

Além disso, os especialistas do Ministério da Agricultura analisaram toda a sua importância para o desenvolvimento de cada Estado e do País. Ademais, foi realizado um cadastramento geral de toda a rede pertencente a pessoas jurídicas de direito público, e privado, a pessoas físicas detentoras, por qualquer forma, de instalações para a guarda e conservação dos referidos produtos.

Entrementes, a utilidade proveniente da manutenção de semelhante registro não pode ser contestada, pois resultará na emissão de um certificado de cadastro que, por sua vez, redundará nos seguintes benefícios: o registro formal junto à CIBRAZEM; prova de que a unidade é cadastrada no Sistema Nacional de Armazenagem, com direito preferencial a estímulos creditícios para reforma, reaparelhamento, reconstrução e readaptação, estímulos financeiros para armazenamento dos estoques governamentais, financiamentos garantidos pela política de preços

mínimos, financiamentos em que os produtos da pesca sirvam, de garantia efetiva, e para a liberação de exportações junto à CA-CEX.

Aqui se faz necessário esclarecer que o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul debutou no setor de financiamento de unidades armazenadoras no decorrer do ano de 1970, por intermédio de um empréstimo igual a Cr\$ 333.000,00 concedidos a certa cooperativa do município de Palotina, no Oeste do Paraná. A mesma casa de crédito vinha atuando de maneira exemplar na região desde 1966, concedendo regularmente empréstimos a pequenos produtores agropecuários através de convênio com a ACARPA.

Cabe acrescentar, no entanto, que a evolução dos financiamentos daí em diante superou as expectativas. A melhor prova a respeito é aquela mesma cooperativa de Palotina, pois atualmente ela dispõe de armazéns próprios financiados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, cuja capacidade, totaliza 1 milhão e 250 mil sacas, além dos armazéns em construção para mais de 500.000 sacas. Existem em todo o Paraná 24 cooperativas que já auferiram de empréstimos do referido Banco.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Paraná empreende um grande passo na marcha de seu desenvolvimento, pois entre os projetos de armazenagem que acabam de ser financiados, ocupa um lugar de relevo o Terminal Graneleiro presentemente em construção no Porto de Paranaguá, cuja capacidade estática ultrapassará 100.000 toneladas, possuindo sistema automático de descarga igual a 1.500 toneladas/hora de produto, diretamente dos armazéns, aos navios.

É pois, com sincera satisfação que registro este singular destaque de meu Estado, ante a realidade nacional, mostrando de maneira inequívoca que o Paraná é, realmente, inspirado por sentimentos nobres em prol do engrandecimento".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador, inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de amanhã, na nossa cidade, Ponta Grossa, será inaugurada a 7ª Feira Exposição Agro-Pecuária da região dos Campos Gerais, feira esta que abrange a dinâmica na qual este Estado está na vanguarda, reunindo São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, enfim, todos os Estados co-irmãos ao nosso, para que, juntos, através daquela exposição que anualmente ali é realizada, faça com que o brasileiro conheça, efetivamente, o grau de desenvolvimento porque passa a agricultura e a pecuária paranaense e brasileira.

Queremos, neste instante, referendar o convite feito pelo município de Ponta Grossa, através de sua administração, a esta Casa e a este Paraná para que lá se façam presentes para que, pessoalmente, constatem a grandeza da Exposição-Feira que será realizada na Princesa dos Campos.

Aproveitando esta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderíamos deixar de registrar nesta Casa que hoje se inicia, em todo o território nacional, a Semana da Asa.

Hoje, vemos, através das propagandas, o chamamento aos nossos jovens para que participem das Forças Armadas, não só no Exército, como na Aeronáutica.

Este registro que fazemos na manhã de hoje é para que aqui em nosso Estado seja reconhecido que esta parte das Forças Armadas do Brasil, a Aeronáutica, merece de todos nós o devido respeito e, acima de tudo, a juventude brasileira deve voltar suas vistas no sentido de ingressar nas fileiras da Aeronáutica do Brasil.

Fica aqui o registro desta Casa pelo regozijo do início das comemorações da Semana da Asa, ocasião em que serão realizadas diversas solenidades em todo o território nacional. Por este motivo não poderíamos, de maneira alguma, deixar de registrar

este grato acontecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna apenas para encaminhar requerimento ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça solicitando que seja inaugurado o Forum de Cascavel no dia 14 de novembro, data da emancipação política do município, cuja solenidade se revestirá de grande destaque naquele município. Quero crer que, assim sendo, poderia haver coincidência da inauguração do Forum juntamente com a data significativa da emancipação política.

Quero justificar o meu requerimento: (Lendo): "Como se sabe, no dia 14 de novembro, comemora-se a data da emancipação política de Cascavel, hoje um dos mais expressivos municípios do Estado.

Depois de ter sobrevivido ao "jaguncismo", e ao desmando, superando todas as estatísticas de violação, de arbitrariedades e de acentuada prática de delitos análogos aos cometidos pelos fora da lei do famoso oeste americano, retratados no cinema, esse grandioso e pujante município entrou progressivamente, nestes 10 últimos anos, na fase do desenvolvimento e civilidade, permitindo a fixação do homem e da família no seu solo.

Já no fim da década de 40, o Forum local, instalado em prédios precários, de madeira, cedido pelo município, foi totalmente destruído por indescritível incêndio que incinerou a maioria dos processos que por ali transitavam sob a orientação do então único juiz e grande magistrado Sidney Dietrich Zappe. Esse fato, segundo se comenta, representou o sucedâneo do ocorrido anos antes — início da mesma década — com a Prefeitura Municipal, e que até agora, do primeiro, a Polícia não deu qualquer conclusão das causas e eventuais autores.

Os malogros que aquela população tem sofrido, e a ansiosa expectativa de ver ali funcionar o seu primeiro Forum, verdadeiramente a Casa da Justiça, se essa foi inaugurada na data próxima de comemoração municipal, por certo cobrirá de copioso brilhantismo as solenidades alusivas à referida efeméride.

Realmente, a comunidade associaria à sua festa este alto significado público e transformaria os anos de sofrimento numa dádiva caprichosa do seu próprio destino. E creio que o natural desconforto das instalações atuais e improvisadas, concedidas por empréstimo há vários anos pela Câmara Municipal, subtraindo a a esta o conforto do seu funcionamento, permitirá a ambos a feliz oportunidade de transformarem a data num significado histórico que se ajusta à própria trilogia da independência harmônica dos três Poderes Constituídos.

Aliás, esse é o anseio não só do povo a quem represento mas ainda dos representantes da Justiça local, advogados e órgãos representativos de classes".

Era só.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, sexto orador inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos acompanhando já de longa data a especial atenção com que o jornal "GAZETA DO POVO" vem tratando de um problema, que não é um problema apenas do município, de um município ou de alguns municípios.

É um problema do Paraná. É um problema do Brasil. É a melhoria da estrada que liga Curitiba-São Paulo, pelo Vale da Ribeira. Há cerca de dois anos encaminhamos uma solicitação ao Ministro dos Transportes de então, Dr. Mário Andreazza e ele nos respondia de que providências estavam sendo tomadas, mas estas

providências não foram vistas até hoje. O jornal "GAZETA DO POVO" que tão bem vem analisando o problema, tem trazido com destaque, para gáudio nosso, declarações de representantes da região de Bocaiuva do Sul, Adrianópolis e Cerro Azul, a respeito da importância econômica que representa para o nosso Estado o escoamento da principal produção do sub-solo desta região, o "plumbum" que em determinada data do ano, para trazer o seu produto a Curitiba, preferem dar a volta pela estrada de São Paulo, que a partir da divisa com o Estado do Paraná, no Rio Ribeira, é totalmente asfaltada, com quatro vezes mais a distância, evitando o tráfego sinuoso pela estrada do Vale da Ribeira, em apenas 90 ou 94 quilômetros que faltam para serem asfaltados.

Não somente com relação ao escoamento do "plumbum", do ouro e prata, mas, principalmente, pela necessária ligação com Curitiba, onde é um dos grandes fornecedores de carvão e outros materiais subsidiários para manutenção da produção, que será triplicada nos próximos meses, só de "plumbum". Isto sem falarmos na necessária melhoria da ligação com o município de Bocaiuva do Sul e de Colombo, por exemplo, onde temos o grande consumidor de lenha que é um dos produtos básicos, hoje, no município de Bocaiuva do Sul, para a produção de cal hidratada ou de cal simplesmente, ou de material que resulta do calcário para correção do solo.

Ainda mais, diríamos, na melhoria desta estrada como tem visto a "GAZETA DO POVO", uma fórmula de melhor acesso entre Curitiba e um outro setor e uma outra faixa do Estado de São Paulo, porque a duplicação da pista da BR-116, apenas melhora o tráfego Norte-Sul do Brasil e esta ligação Paraná-São Paulo apenas por estas duas áreas de ligação. Mas para quem pretende ir de Curitiba ao Vale da Ribeira pelo Estado de São Paulo ou do lado do Estado de São Paulo, onde o próprio Estado vem dando incentivo especial, por exemplo, oferecendo o dobro do ordenado para os funcionários que vierem trabalhar no Vale da Ribeira, a planificação do Estado de São Paulo, do lado de lá da Ribeira, tem criado problemas sócio-econômicos ao Estado do Paraná, motivo por que, acompanhando o espírito da "Gazeta do Povo", o Governo do Estado do Paraná há de se fazer equilibrar no trato com o planejamento do Vale da Ribeira porque está havendo até um esvaziamento populacional do Estado pelo desequilíbrio que tem causado o incentivo que o Estado de São Paulo tem dado ao desenvolvimento do Vale da Ribeira no seu lado esquerdo.

Nós queremos pois, neste nosso pronunciamento, que é apenas um dos muitos que haveremos de fazer, acompanhando a batalha encetada pela "Gazeta do Povo" para que tenhamos de qualquer maneira uma atitude tomada pelo Governo do Estado e pelo Governo Federal, nesta estrada que é federal, e que tem empregado grande soma na manutenção deste pavimento primário desta estrada que talvez, se somássemos todas as despesas que tem tido o Governo Federal através do DNER para manutenção da Estrada do Vale da Ribeira, nós haveríamos de ter, já condições, para talvez chegarmos à metade do trecho já asfaltado.

Queremos pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que deverá ser um problema não deste parlamentar, mas desta Casa, junto à autoridades constituídas, para que a tradicional estrada do Vale da Ribeira que serviu durante tanto tempo para ligar a Capital do Estado do Paraná com o Estado de São Paulo, não seja abandonada, para que faça uma análise econômica com as despesas que temos tido para manutenção desta estrada, para que tenhamos melhores dias para esse povo que habita a zona de maior produção de calcário do País, e que segundo os dados do Ministério de Minas e Energia é nesta região que entrou neste ano o maior número de requerimentos para textis e minérios, evidentemente, porque lá estão as maiores jazidas do nosso Estado, e talvez o alicerce do futuro da mineração e o fornecimento da riqueza do nosso Estado; e o corretivo do solo. Motivo pelo qual, haveremos de tomar hoje, o início junto à "Gazeta do

Povo" para melhores dias para o nosso Estado e para nossa região. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 60/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o município de Itaguapé, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia, do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 29 de abril de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Itaguapé, estabelecendo normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e verbas do orçamento do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 61/75, que aprova Convênio nº 14/75, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, objetivando a implantação de um Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes na cidade de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio nº 14/75, celebrado em 08 de julho de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, objetivando a implantação de um Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes na cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 05/75, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Jacaré, na estrada que liga os municípios de Santo Antonio da Platina e Barra do Jacaré. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 05/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte de concreto armado sobre o rio Jacaré, na estrada que liga o município de Santo Antonio da Platina ao município de Barra do Jacaré.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
- a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 76/75, que declara de utilidade pública o Sindicato Rural da cidade de Guaraniaçu. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 76/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o SINDICATO RURAL DE GUARANIAÇU, com sede e foro na cidade de Guaraniaçu.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
- a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 77/75, que declara de utilidade pública a Creche Perseverança, com sede e foro no município de Paranaguá. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 77/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a CRECHE PERSEVERANÇA, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
- a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, reivindicando a construção de salas de aula na sede do município de Guaraqueçaba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Finanças, ao qual está subordinado o Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que sejam instaladas agências em diversas localidades do município de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo aniversário de fundação do jornal "Tribuna do Paraná". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que o Fórum de Cascavel seja inaugurado em 14

de novembro, coincidindo assim com a data da emancipação política daquele município. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 67/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 71/75.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nºs 12/74, 38/75 e 55/75; marcando ainda, para terça-feira, a 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 125/75, Orçamento Plurianual.

Levanta-se a Sessão.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 189ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1975**

(Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Senhores Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Antonio Facci.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho (42); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Maurício Fruet, Accioly Neto, Domício Scaramella, Egon Pudell, Fuad Nacli, João Cioni Neto, José Domingos Scarpellini, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo e Muggiati Filho (12).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, fazendo uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o plenário, o envio de expediente de congratulações aos Exmos. Srs. Pedro Muffato, Prefeito Municipal, Luiz Picoli, Presidente da Câmara e a toda a comissão Executiva da Exposição, através de seu presidente, Vereador Ney Gomes, pelo trabalho que vem realizando para levar a efeito a Exposição Feira Agro-Pecuária e Industrial de Cascavel - EXPOVEL 75. Ainda sugere ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa a formação de uma comissão representativa deste Legislativo, composta de cinco Deputados, para se fazer presente quando da realização, nos dias 13 a 21 de dezembro vindouro.

Justificamos nosso pedido pelo empenho que tem demonstrado o Poder Executivo, Legislativo e Comissão Executiva da

exposição do pujante município de Cascavel, e achamos deveras louvável a iniciativa, principalmente quando o agricultor e o pecuaristas sofreram danos causados por intempéries, procurando desta forma animá-los mais uma vez, mostrando aquilo que necessita para melhor produzir e ainda um maior estreitamento das classes e troca de conhecimentos e técnicas. Esperamos sinceramente que os organizadores alcancem seu desiderato.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1975.

a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após manifestação do plenário, requer seja endereçado expediente à Secretaria de Recursos Humanos para providenciar a lotação de funcionários a JARI - JUNIA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES, do DETRAN, a fim de que aquele órgão possa dar o atendimento as partes e não constituir-se como entrave aos interesses dos que dependem de decisões rápidas, para ajuizamento de questões de trânsito, como vem, infelizmente, ocorrendo.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1975.

a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:-

As questões de trânsito que desaguiam na Justiça, mormente em casos, de seguro, estão sendo retardadas pela morosidade de julgamento da JARI. Esta Junta que deveria dar um atendimento mais eficaz às partes interessadas, segundo procuram se justificar seus responsáveis, não dispõe de funcionários suficientes para cumprirem expediente integral. Em determinadas horas simplesmente é comum, que não tenha ninguém, no Detran, respondendo pela JARI, ficando assim os interessados a ver navios e nem ai menos obter as informações que necessitam, muitas vezes, perdendo até prazos judiciais para a propositura de ações. Evidentemente é uma situação que não pode perdurar e se impõe uma medida imediata. A Sec. de Recursos Humanos, deve ser científica para dotar aquela JUNTA de funcionários aptos e suficientes, ou comunicar à Casa que o mau funcionamento não se deve a falta de pessoal, a fim de que seja chegada a informação costumeira que se obtém no DETRAN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, atendendo pedido da Câmara Municipal e referendado pela Prefeitura Municipal de Toledo, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, JAYME CANET JR, apelo no sentido de que através da Secretaria de Segurança Pública, seja criada uma unidade do Corpo de Bombeiros no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 20, de outubro de 1975.

a) EGON PUDELL.

PROJETOS DE LEI:-

PROJETO DE LEI Nº 148/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo Primeiro - Fica criado ao Município de Iporã, Comarca do mesmo nome, Distrito Administrativo e Judiciário, com as seguintes divisas:

Distrito Administrativo de Jangada: inicia-se no ponto de encontro entre a linha de divisa da gleba n.3-Núcleo São João e gleba n.4-Núcleo Rio da Areia e gleba n.6, aí segue pela estrada divisoras entre as glebas 4 e 6, atravessando o córrego Jangada, numa distância aproximada de 12 (doze) km, ou seja 12.000

metros, até encontrar a linha de divisa com a gleba n.2, denominado estrada Dr. Saldanha, seguindo pela referida estrada numa distância aproximada de 10 km ou seja 10.000 metros, até encontrar o travessão divisor das terras de propriedade da Cia Melhoramentos Norte do Paraná, seguindo pelo mesmo uma distância de 6 1/2 kms ou seja 6.500 metros aproximados, até encontrar o Ribeirão Jangada, aí desve pelo referido Ribeirão, numa distância de 4 1/2 kms ou seja 4.500 metros mais ou menos, divisando pela sua margem direita com a gleba n.3., até o ponto de encontro entre as mesmas glebas n.3 e 4, daí atravessando o Ribeirão Jangada seguindo por uma linha divisora entre as referidas glebas n. 3.Núcleo São João e n. 4 Núcleo da Areia, numa distância de 8 kms mais ou menos, ou seja 8.000 mts. até encontrar o marco em que serviu de ponto de partida.

Artigo segundo: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO.

JUSTIFICATIVA: O distrito, ora a ser criado, de Jangada, achase encravado na Comarca de Iporã. Por sua pujança de desenvolvimento, a estar amparado pela Lei, porque possui todos os seus requisitos. Jangada, possui mais de 1.800 eleitores, Ginásio-Grupo Escolar, 8 Escolas Isoladas, mais de 200 casas na sede do patrimônio, Indústrias - Luz Elétrica da Copel etc.. A solicitação da criação do Distrito Administrativo e Judiciário de Vila Jangada, é uma aspiração da população daquela região, tão rica e promissora.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, requero a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDETNE - A Mesa defere. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(É FEITA A CHAMADA NOMINAL).

Há quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. 1º Secretário procederá a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias, veio a esta tribuna o nobre Deputado Nilso Sguarezi, abordando assunto relativo à vacinação de gado.

Venho da região Oeste do Paraná e constatei que o problema tem também repercussão na minha região. Há falta de um criterioso disciplinamento na questão dos postos e da burocracia, para levar a efeito seus objetivos. E é nesse sentido que venho lastimar essa posição da Secretaria da Agricultura, no setor, e pretendo apresentar, amanhã, um requerimento para ser encaminhado ao Sr. Secretário.

Por outro lado, quero congratular-me com a direção do Banco do Estado do Paraná que, reconhecendo a pujança econômica e financeira da cidade de Cascavel, houve por bem emprestar, designar, mais uma carta-patente, abrindo ali uma agência do Banco do Estado do Paraná, ficando aquela cidade, aquele município, com dois estabelecimentos de crédito.

Por outro lado, quero encaminhar à Mesa um requerimento pedindo que se instale, nos municípios de Capitão Leônidas Marques e também no município de Guaraniaçu, uma agência do Banco do Estado do Paraná, porque, nesses municípios não há qualquer estabelecimento oficial de crédito.

O requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer a V. Exa., após ouvido

o douto plenário, se digne encaminhar ofícios ao Exmo. Sr. Dr. Jayme Canet Júnior, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Dr. Emilio Hoffmann Gomes, DD Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando seja instalada uma agência desse estabelecimento oficial de crédito no município de Capitão Leônidas Marques, dada a impossibilidade de sua instalação imediata no distrito de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação vem sendo objeto de justas e reiteradas manifestações, tanto de autoridades municipais, quanto da população em geral, através de suas lícitas representações comerciais, industriais, agrícolas e dos diversos setores da vida socio-econômica daquela comuna.

O município de Capitão Leônidas Marques representa um núcleo de grandes produções originárias da agricultura e das industriais extrativas de madeira, que se localizam à margem direita do Rio Iguaçu.

Tendo como escoadouro de sua produção a BR-277, os contactos com outras partes do Estado e do País são feitos através de Cascavel, centro comercial daquela micro-região, para onde são canalizados quase todos os depósitos bancários e transações que dependam de estabelecimentos oficiais de crédito para serem concretizadas.

Capitão Leônidas Marques, possuindo vasto território próprio para agricultura que ora se implanta e intensifica e, sendo fonte de respeitável produção de milho, soja, arroz, trigo, feijão e outros cereais, tem seu desenvolvimento urbano sido obstado por falta de uma melhor atenção por parte de nossas autoridades (principalmente nas questões de terras).

A necessidade de se dispensar especial atenção a esse município se impõe até mesmo por questão de retribuição da renda que ele propicia ao Estado e ao País.

A instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná, estabelecimento oficial de crédito, virá ao encontro dessa justa aspiração do município de Capitão Leônidas Marques, o qual, com a devida atenção da administração estadual, continuará em ritmo sempre crescente, a contribuir para as metas de desenvolvimento incessantemente buscadas por todos os paranaenses. Aliás, o próprio Banco obterá as imediatas e progressivas compensações derivadas das suas atividades, o que por si só justificaria a sua implantação.

Por outro lado, as constantes instalações de agências BANESTADO em vários municípios, provavelmente não menos necessários, demonstram a disponibilidade de cartas patentes para aplicação em municípios deste Estado, mormente em comunas de grandes expectativas econômicas e financeiras derivadas da projeção e crescimento agrícola.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em Ponta Grossa, no dia de hoje, e mais particularmente na Fundação Estadual de nossa cidade, inicia-se o III Festival Nacional de Teatro. Obra pioneira no território Nacional e que foi, por orientação de nossa Fundação, instituída em termos nacionais.

Temos ainda a grata satisfação de transmitir a esta Casa de que alguém da inauguração desse III Festival Nacional de Teatro, desenrola-se também na Capital Cívica deste Estado, o I Festival Regional Sul, agora amparado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná. Sabemos perfeitamente bem quão válido é despertar neste território deste Estado, aquilo que o Governo Federal tem de maior responsabilidade, qual seja, de elevar efetivamente o sentido cultural de nossa gente.

Nós não poderíamos deixar de registrar nesta Casa, como já foi feito na Câmara alta deste País, através de um ilustre Deputado hoje aqui e faz parte deste plenário, nosso conterrâneo, companheiro de Ponta Grossa, Deputado Ari Kfoury, que fez com que aqueles parlamentares federais soubessem que Ponta Grossa foi pioneira, nacionalmente, do Festival Nacional de Teatro e hoje, seguido pelo Governo do Estado, seguido pela Secretaria de Educação e Cultura, que patrocina o I Festival Regional Sul.

Coube a nós, paranaenses e brasileiros, e mais particularmente de Ponta Grossa, ter um nome nacional. Partir da Capital Cívica deste Estado aquele incentivo e principalmente aquele impulso que deverá ser seguido pelo governo mais alto, qual seja o Governo Federal, para amparar realmente o teatro amador brasileiro, que está à beira da falência.

Nesta oportunidade, queríamos tão somente que esta Casa não ficasse alheia a esse movimento e fosse transmitido à Fundação Estadual de Ponta Grossa, uma cópia desse nosso pronunciamento, para que nós legisladores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e companheiros da Câmara Federal, emprestemos nosso apoio em prol do teatro amador nacional.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo, para o Grande Expediente.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, meus companheiros.

Têm sido notáveis os esforços, principalmente do Presidente desta Casa, Deputado Paulo Camargo, numa conscientização mais ampla do poder público para o problema gravíssimo que toma conta do Paraná, que é o desequilíbrio ecológico.

Apesar dos esforços dessas autoridades e de outras atitudes isoladas o Paraná não sente a presença atuante de S. Exa. o Governador do Estado, Sr. Jayme Canet Junior.

É por esta razão que nós vimos à tribuna desta Casa para, realmente, deixar claro que: (Lendo) "os maciços vegetais favorecem a benignidade do clima. São vastos anteparos contra os ventos mais constantes que, não encontrando a terra protegida, acarretariam a perda da umidade, calcinariam as plantas tenras, matariam os germes, esterilizando o solo. Embaraçados pelo arvoredo os ventos mais quentes, do mesmo modo que os mais frios e os mais impetuosos, moderam a sua natural aspereza. A temperatura é então, mais igual e é pois, favorável à vida de todos os seres humanos."

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, é da lavra do ilustre e emérito historiador Assis Brasil a citação que prefacia o nosso pronunciamento o qual tem como norte, sublinhar justificativas embasadoras para o documento que ora submetemos à preclara apreciação de nossos pares, com a antecipada certeza da unânime acolhida por parte do colegiado parlamentar com assento nesta augusta Casa de representação popular.

Buscamos o respaldo do referendo junto aos Srs. Deputados, atendendo e obedecendo às normas regimentais. Elaboramos o Projeto de Lei, cuja determinação está agora sob nossas responsabilidades e, sua ascensão ao Poder Executivo constitui-se como evidente expressão da vontade do povo e, mesmo por vias indiretas sendo o Governo povo, haverá ele de proporcionar consistência legal para que se cumpra o que o povo reivindica. E COM REGIONALIDADE E JUSTIÇA.

Enquanto o machado rechia nos troncos e as labaredas fazem crepitar a folhagem enlutando de fumo o recesso vivente, o homem não dá pelo mal, tão ávida é nele a cobiça, que só o lucro tem os olhos. Ai dele... a floresta vinga-se morrendo; onde cai, espalha-se o deserto... e os espectros das florestas mortas são a fome, a sede, a enfermidade, os ciclones, as inundações... É necessário mesclar, também, como um pouco de poesia o nosso pronunciamento sobre o desnível ecológico que se processa em

nosso Estado, porque, apenas poesias, citações plenas de verdade mas sem uma execução ampla, é o trabalho que tem se processado neste Estado também nesta Casa de Leis, e momento não é para citações poéticas, mas, para uma atitude ousada das autoridades competentes, para que o flagelo não se abata sobre o Paraná.

Realmente, Coelho Neto mescla de profecia sua previsão, e, se vivo hoje estivesse, entristecido estaria, contemplando o prematuro cumprimento da desgraça por ele profetizada.

Se iniciamos nossas palavras colocando-as em cantares, assim o fazemos porque, em nossa bandeira ainda resplandece o verde; se iniciamos nossas palavras recorrendo à página poética, fazêmo-lo porque a árvore sempre foi musa viva dos da natureza, amantes. Mas de ora em diante a cruel realidade passará a tonificar a nossa explanação.

É nossa filosofia, a extensão da pragmaticidade, as medidas que invocaram para resguardar nossas riquezas naturais.

Pois bem, Srs. Deputados - da área de 119.549 k² que representa todo o território paranaense, 175.554 eram ocupados por matas primitivas, dos quais 100.000 eram cobertos por perobas, canelas, pau-marfim, cedros e outros madeiras de lei e, 176.000 K² restantes, tomados por matas araucarianas. São inúmeros divulgados através de recente publicação do Badep, que se destina a incentivos de investidor. Em sua discriminação sobre o panorama atual, este informativo cujos méritos são específicos para o plano de ação e expansão do órgão que o elaborou, comete pecado e pecado de importância capital, quando, engloba a percentagem de áreas cortadas por florestas naturais, somando-a ao quanto das áreas tomadas por estradas, rios, cidades e terras não aproveitadas numa clara desdenha ao que, em termos de sobrevivência, importa ao Paraná, ao Brasil e ao mundo.

Exagera e mente também a publicação do Badep, quando afirma que o Paraná dispõe de florestas naturais com grandes reservas de madeira industrializada. Que o digam os madeireiros que em expressiva e sempre presente maioria, buscam desde alguns anos, terras paraguaias e matogrossenses para onde transferem suas indústrias de corte e benefício.

Aí a razão de Coelho Neto em suas linhas. "o homem não dá pelo mal, tão ávida é nele a cobiça, que só para o lucro tem os olhos. Pobre deles . . . a floresta vinga-se morrendo e onde cai, explana-se o deserto".

O SR. LINEU TURRA - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Estou ouvindo atentamente o brilhante pronunciamento de V. Exa., e isso não nos causa surpresa porque conhecemos perfeitamente V. Exa. E queremos dizer que V. Exa. traz neste momento um assunto muito importante, que é devastação das nossas reservas florestais, que de fato, eu entendo que deve ser atribuído a uma desorganização no setor das autoridades nacionais principalmente, do IBDF.

Porque foi concedido licença a todo tipo de indústria para devastação das matas e até de serrarias clandestinas que funcionavam pelo interior, devastando as nossas matas, e com isso também, trazendo o saturamento no mercado madeireiro, que hoje sofre as consequências de uma política mal orientada neste setor. Foram os financiamentos bancários desordenados que se fizeram no Estado, fazendo com que se instalasse uma indústria próxima da outra, com o mesmo objetivo, provocando não só a devastação das matas mas também a saturação do mercado madeireiro. Era o aparte.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO - Muíro obrigado ao Deputado Lienu Turra, pela sua participação a esse nosso pronunciamento.

(Continua lendo): "..... De posse desses dados é fácil continuar o desmatamento irracional impulsionado agora com máquinas de maior rentabilidade para corte. É INEVITÁVEL A NEFASTA DESERTIFICAÇÃO DO PARANÁ, já que o reflores-

tamento visa quase que atender, UNICAMENTE A DEMANDA MADEIREIRA PARA FINS INDUSTRIAIS, pois é objeto desse processo PLANTAR PARA DERRUBAR, daí, a validade do Projeto sob o julgamento dos nobres pares, CUJA FINALIDADE PRIMEIRA É PRESERVAR IMACULADA NOSSAS RESERVAS FLORESTAIS.

Voltando à nossa principal fonte de pesquisas, deparemos à página 32. "Não se deve tomar como a principal causa de desmatamento ao aproveitamento de madeira para serrarias, pois essa atividade não destrói a mata em sua totalidade. Todas as árvores improveitáveis ficam em pé permanecendo o caráter protetor da mata em relação à circulação da água, embora muitas árvores jovens destruídas pelos trabalhos de corte e transportes" e dada a indiscutibilidade desse ponto de vista, mais uma vez duvidamos da eficácia do reflorestamento como fator de preservação da flora.

É uma justificativa de peso, palpável, intrínseca. De nosso conhecimento é também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que de 1940 a 1965 foram estabelecidos parques reservas e hortos florestais os quais por encontrarem-se distribuídos por todo o Estado em regiões geográficas distintas, deveriam representar atualmente, a melhor forma de preservação da vegetação e da água mas que infelizmente não mais existem devido à invasão por parte de particulares e por não haverem sido anexadas ao Patrimônio Natural do Estado".

É drástico o alerta que fazem os técnicos responsáveis pelos estudos compendiados no Estudo das Alternativas Técnicas, Econômicas e Sociais do setor Florestal do Paraná quando enfatizam: "baseando-se nos dados de levantamento florestal passado e nós estimamos no presente estudo, chega-se facilmente à conclusão de que o futuro das florestas nativas no Paraná NÃO É NADA PROMISSOR, uma vez que essa vegetação natural, desaparece dia a dia em ritmo acelerado, com o agravamento de que parte dessa riqueza foi e está sendo simplesmente transformada em cinzas, que são rapidamente arrastadas pelas águas, deixando assim o solo desprotegido e sujeito à ação do intemperismo".

Seríamos acusados de redundantes e pleonásticos se comentássemos agora que essa ação desnudadora é fator preponderante da existência de erosões e dos deslizamentos das margens dos nossos rios.

Chamamos à responsabilidade o Poder Público, para que atente o que inserido está na página 213: "... dizem claramente a respeito da cobertura florestal no Paraná, desde suas origens até os dias atuais. Em 1963, o Estado possuía 6.090.150 hectares com cobertura florestal, o que significava 30,27 por cento de sua área total, estando ainda naquela época dentro dos padrões recomendados internacionalmente, embora essa distribuição fosse irregular dentro do Paraná, com maiores concentrações no Oeste e Sudoeste.

DEZ ANOS DEPOIS ESSA COBERTURA PASSOU A 2.379.547 hectares, INDICANDO QUE APENAS 11,83 POR CENTO POSSUI DO ESTADO COBERTURA FLORESTAL, significando que desmatados 3.710.603 hectares, correspondendo a 60,93 por cento da cobertura florestal de 1963 e a um ritmo de desmatamento de 371.060,3 hectares por ano na última década".

São conclusões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de caracteres insofismáveis, indiscutíveis por isso mesmo, pelos atentados que se vêm cometendo contra a Mãe Natureza, por filhos desnaturalizados é que chamamos à responsabilidade o Poder Executivo que, olvidando sua autoridade, alheia-se à passividade de órgãos tais como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, provado como incapacitado para o equacionamento desse problema. Existem, nós o sabemos, mecanismos e diretrizes para o refreamento da aniquilação de nossas exangues matas vírgens.

Entretanto, a falta de mobilidade desses mecanismos os

emperram, mostrando o comodismo e a ausência de mão-de-ferro para funcioná-los”.

Urge com premência, sob as penas das condenações impostas aos executantes de crime contra a Terra e contra o Homem, contra a Natureza e contra a Divindade que gera que o Governo do Estado do Paraná desvencilhe-se dessa pusilanimidade que o caracteriza como conivente dessa odienta omissão.

E se de um lado foi brilhante a iniciativa da instituição da Comissão de Ecologia e Meio-Ambiente nesta Casa, da qual nós nos orgulhamos em participar; se de um lado tem sido profícua a sua atuação; se de um lado elogiável é a conduta do Deputado Paulo Camargo, ilustre Presidente desta Assembléia em luta pela causa que também abraçamos e que é de todos, estranha e inadmissível a cegueira tem sido do Executivo, que se com urgência não posicionar-se de maneira definitiva, incisiva e irreversível como maior responsável que é, tornar-se-á passivo do julgamento popular e sua condenação, sua extinção, será consumada por essa e pelas futuras gerações, isso por permitir que:

SE DEVASTEM NOSSAS FLORESTAS;

SE SEQUEM NOSSOS RIOS;

SE DESIQUILIBRE NOSSO CLIMA;

SE DIZIMEM NOSSO PEIXES;

SE DESAPAREÇA NOSSA FAUNA e

SE TRANSFORME EM DESERTO O PARANÁ QUE TODOS QUEREM VERDE”.

Isto posto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendo colocar à apreciação da Casa, projeto de Lei que tem a seguinte redação. (Lê):

“PROJETO DE LEI Nº 149/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica autorizado o Poder Executivo, a declarar de Utilidade Pública por meio de Lei Ordinária todas as áreas do território paranaense, cobertas por florestas virgens.

Art. 1º — Para atender o dispositivo anterior, poderá o Poder Executivo utilizar recursos orçamentários específicos, a fim de garantir, com pessoal e equipamentos, a integridade dessas florestas em estado natural.

Art. 3º — O Poder Executivo não poderá dispor, utilizar ou conceder essas áreas, sem prévia autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

Ainda estamos propondo emenda ao Orçamento do Estado para o próximo ano, no sentido de que o Poder Executivo tenha realmente, condições orçamentárias para dispor de recursos para realizar o trabalho que, presentemente, temos o prazer de apresentar.

Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra, (Declina); ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, (Declina); ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi (Ausente); ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, (Declina); ao Sr. Deputado Muggiati Filho, (Ausente); ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era pensamento nosso falar em outra ocasião, mas por solicitação de inscrição no livro competente, e com a desistência dos oradores que nos antecederam, vimos pela segunda vez a esta tribuna, na tarde de hoje.

Pretendemos solicitar ação imediata do Governo Federal e do Governo Estadual, frente à grave situação em que se encontra os funcionários públicos federais, estaduais e municipais.

Esperamos que esse Governo aí instituído, de imediato, reformule sua política financeira, no que concerne aos vencimentos do funcionalismo.

Queremos nesta tarde, mesmo sem ter em mãos os dados estatísticos, demonstrativos da crise pela qual passa a família brasileira, principalmente os assalariados, solicitar a S. Exa. o Sr. Presidente da República, através do Sr. Ministro do Trabalho, para que de imediato reformule a política salarial, em nosso território, dando um abono de emergência aos assalariados.

Ninguém desconhece que o salário mínimo vigente é impossível a sobrevivência de uma pessoa. Cada dia que passa o trabalhador é mais mal assistido em todos os sentidos, desde a sua locomoção ao trabalho, até sua alimentação, sua moradia. A maioria dos trabalhadores mora distante do seu trabalho, mais de 10 ou 20 quilômetros, necessitando de locomoção. Quanto a moradia, o Banco Nacional de Habitação ao invés de assistir ao trabalhador brasileiro, dando condições de moradia indistinta a todos os brasileiros, se transformou numa instituição financeira, fazendo com que as casas sejam encarecidas a cada dia que passa sem as condições mínimas de fazer com que o trabalhador tenha melhor assistência.

No sentido alimentar, todos nós conhecemos e S. Exa. o Sr. Presidente da República recentemente reconheceu que a crise que atravessa o mundo, mais particularmente o Brasil, um país continente, tendo como principal meio de transporte o rodoviário, que com o último aumento dos derivados de petróleo, veremos agora na parte dos comestíveis necessários à alimentação do nosso povo, haverá um aumento.

Há ainda a parte referente ao vestuário e outros emolumentos da sobrevivência de cada um de nós.

Estamos nesta tarde nos antecipando à posição oficial do Governo, e assim o fazemos porque somos humanos, como o Governo que ali está, e sabemos que o povo não pode viver com salário mínimo em vigor. É preciso, portanto, que o Governo, através do Ministério do Trabalho, elabore um estudo para resolver este problema.

O nosso posicionamento continua sendo o mesmo da campanha eleitoral. Nos contatos diários que temos com os nossos eleitores sabemos que o numerário que todo mundo recebe, não é suficiente para a sobrevivência do povo brasileiro.

Nós que aqui estamos sentindo particularmente os mesmos problemas e sabemos que o momento é difícil. Portanto, não poderíamos ficar alheios a esse estado de coisas e esperamos que o Sr. Presidente da República, o Sr. Governador do Estado tomem uma medida de emergência, medida acertada e justa, em favor dos funcionários públicos estaduais, federais e, em particular, dos assalariados a fim de minorar o sofrimento do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, declino e solicito a minha inscrição para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a sua inscrição para a sessão de amanhã.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente. Necessita de apoio. —

— Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 67/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 137/75 que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior com o município de Santa Izabel do Oeste, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Caixa Pública na sede daquele município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 71/75, de autoria do Sr. Deputado Lineu Mansani Turra, que dispõe sobre a liquidação do débitos fiscais de empresas. Pareceres **CONTRÁRIOS** da C.C.J. e favorável da C.F., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 12/74, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ — Regional de São José dos Pinhais, na cidade do mesmo nome. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 12/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ — Regional de São José dos Pinhais, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1974.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública presta relevantes serviços à comunidade de São José dos Pinhais, e atende todos os requisitos exigidos por Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 12/74

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Médica do Paraná - Regional de São José dos Pinhais, com sede na cidade do mesmo nome.

Verificando-se a documentação que acompanha o presente Projeto, temos que a mesma se encontra de acordo com a Legislação Federal e estadual, disciplinadora da matéria.

Isto exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 12/74

Objetiva o presente Projeto de Lei, declarar de Utilidade Pública a Associação Médica do Paraná - Regional de São José dos Pinhais, com sede na cidade do mesmo nome.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, examinando a matéria e por entender que ela se apresenta com a documentação completa e satisfeitos todos os requisitos exigidos pela

legislação federal e estadual reguladora da mesma, emitiu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa oferecer obstáculo à tramitação normal deste Plano de Lei por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 38/75, de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos da cidade de Medianeira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 38/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DOS ROTARIANOS DE MEDIANEIRA sediada na cidade de Medianeira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública tem finalidades filantrópicas e presta relevantes serviços à comunidade de Medianeira.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 38/75

Por preencher os requisitos legais, é de ser reconhecida a declaração de Utilidade Pública pleiteada pelo ilustre Deputado Egon Pudell, através do presente projeto.

Pela aprovação.

Curitiba, 03 de setembro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei nº 38/75

A iniciativa do ilustre Deputado Egon Pudell, declarando de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos, é digna de elogios, pois evidencia uma Associação de finalidade beneficente e filantrópica.

Somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

aa) LUIZ CARLOS ZUK — Presidente

MUGGIATI FILHO — Relator

1º DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 55/75, de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, que denomina Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, o atual grupo Escolar da localidade de Porto dos Padres, na cidade de Paranaguá. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 55/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominado "PROFESSOR BENTO MU-

NHOZ DA ROCHA NETO", o atual Grupo Escolar do Porto dos Padres, na cidade de Paranaguá.

Art. 2º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1975.

a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com o presente Plano de Lei, prestar mais uma homenagem ao ilustre homem público que foi Bento Munhoz da Rocha Neto.

A cidade de Paranaguá, onde Bento Munhoz da Rocha nasceu e viveu por muitos anos, deve muito do seu desenvolvimento a esse preclaro paranaense como Governador do Estado, quer como Ministro da Agricultura e outros cargos relevantes que ocupou sempre, dedicou atenção toda especial a essa cidade, graças ao que hoje Paranaguá ocupa lugar de destaque entre as demais comunidades do Paraná.

Esses os motivos principais que nos levam à iniciativa da presente proposição que por certo merecerá a aprovação unânime desta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 55/75

Dar a denominação de "Bento Munhoz da Rocha Neto" ao Grupo Escolar de Porto dos Padres, no município de Paranaguá, é o objetivo do presente plano de lei.

Nada acrescentaria à figura, sob todos os títulos grandiosos do eminente paranaense Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, qualquer atitude elogiosa neste parecer, mesmo porque, além de ter sido um intelectual de relevante nível, ele sempre se alteou, pelo seu espírito desprendido e pela sua grandeza, às homenagens que o Paraná, merecidamente lhe tributou.

Filho de Paranaguá, cidade berço de tantas personalidades que o nosso Estado e o País aprenderam a admirar, justo se faz, que, também lá, se deposite ao Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto a perenidade da gratidão e do reconhecimento.

O Projeto atende às normas constitucionais pelo que é, pelo mérito deverá sofrer tramitação normal.

Somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1975.

aa) ACCIDLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei nº 55/75

Plano de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado no sentido de que através da Secretaria de Segurança Pública, seja criada uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de Toledo, atendendo reivindicação da Câmara Municipal e referendada pela Prefeitura Municipal do referido Município. —

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidélino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Presidente do Banco do Estado do Paraná SA, no sentido de que seja autorizada a instalação de agência do referido estabelecimento de crédito no município de Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos organizadores da Exposição Feira Agro-Pecuária e Industrial de Cascavel — EXPOVEL 75, e sugere formação de uma comissão composta por cinco Srs. Deputados para representar esta Casa na referida exposição. — **Aprovado.**

A Comissão Executiva indicará, no expediente de amanhã, os componentes da citada Comissão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria de Recursos Humanos, no sentido de providenciar a lotação de funcionários na Junta Administrativa de Recursos e Infrações, do Detran. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 71/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 12/74, 38/75 e 55/75.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 92/75 e 125/75.

marcando ainda, uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 21, terça-feira, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 68/75.

Levanta-se a Sessão.